

5/2012

NOVEMBRO ▪ MENSAL

ISSN 2182-6331

BOLETIM DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

DO GOVERNO REGIONAL DA MADEIRA



PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Governo Regional

Ficha técnica

TÍTULO : *Boletim de execução orçamental do Governo Regional da Madeira*

AUTOR: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

EDIÇÃO: Secretaria Regional do Plano e Finanças. Direção Regional de Orçamento e Contabilidade

DESIGN GRÁFICO: © DROC, 2012

CAPA/CONTRACAPA: Pormenor de azulejaria, átrio do Palácio do Governo Regional da Madeira, © DROC, 2012

DISTRIBUIÇÃO: Gratuita

PERIODICIDADE: Mensal

ISSN: 2182-6331 (ficheiro eletrónico)

DATA: novembro de 2012

LOCAL: Funchal, Região Autónoma da Madeira

Este documento informativo está redigido conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Documento eletrónico otimizado para leitura OCR.

Avenida Arriaga | 9004-528 Funchal | Telef. 291212100 | Fax 291238115 | Contribuinte 671001310 | Página institucional: <http://srpf.gov-madeira.pt> | E-mail: droc.srpf@gov-madeira.pt

Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. SÍNTESE GLOBAL	6
2. SUBSETOR DO GOVERNO REGIONAL	
2.1. Síntese	7
2.2. Receita	9
2.3. Despesa	12
3. SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS e EPR	
3.1. Entidades Públicas Reclassificadas	17
3.2. Síntese Global dos SFA e EPR.....	17
4. DÍVIDA NÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	23
5. CONCEITOS APLICADOS	25
6. SIGLAS E ABREVIATURAS	26



Apresentação

O *Boletim de Execução Orçamental* é uma publicação com periodicidade mensal, onde se afere a evolução da receita e da despesa, dos compromissos e das dívidas da Administração Pública Regional (APR), compreendendo os serviços integrados do Governo Regional (GR), os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) e as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), em conformidade com o estabelecido no *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro* (PAEF-RAM), acordado entre a Região Autónoma da Madeira e a República Portuguesa, em 27 de janeiro de 2012 (medida 4).

A estrutura da publicação permite expressar de forma clara e abrangente a evolução da execução orçamental nas suas diferentes óticas — através da análise funcional, económica e orgânica — por cada subsetor que compõe a Administração Pública da RAM: Governo Regional (GR), Serviços e Fundos Autónomos (SFA), Empresas Públicas Reclassificadas (EPR) e a evolução da dívida não financeira.

A informação em apreço é divulgada até ao dia 30 do mês seguinte àquele a que respeita, pelo que a que ora se apresenta se reporta ao mês de outubro de 2012.

I. Síntese global

- ♦ O saldo global consolidado dos organismos com enquadramento no perímetro da APR é deficitário em 114,1 milhões de euros. O saldo primário ascende a -65,0 milhões de euros. O saldo de capital apresenta-se positivo em 1,1 milhões de euros, face a uma despesa efetiva de 912,1 milhões de euros e a uma despesa primária de 862,9 milhões de euros.

O QUADRO seguinte apresenta os dados na forma consolidada da execução orçamental de janeiro a outubro, de acordo com o reporte financeiro mensal à DGO:

QUADRO I - Execução orçamental consolidada (janeiro-outubro)				€ Milhares
	GR	SFA	EPR	Saldo consolidado
Receita corrente	663.026,8	307.954,9	26.544,6	715.054,1
Impostos diretos	175.360,4	1.053,8	0,0	176.414,2
Impostos indiretos	316.782,3	140,9	0,0	316.923,2
Contribuições de Segurança Social	4.343,2	0,0	0,0	4.343,2
Outras receitas correntes	166.540,9	306.760,2	26.544,6	217.373,5
Transferências correntes	140.710,3	298.088,6	380,0	156.706,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	139.438,6	2.935,0	68,8	142.442,3
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	282.204,9	267,3	0,0
Receita de capital	52.069,6	27.620,7	7.473,2	82.895,9
Venda de bens de investimento	146,9	0,0	0,0	146,9
Transferências capital	51.433,7	27.581,3	7.469,7	82.217,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	41.827,0	1.322,8	0,0	43.149,8
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	0,0	4.267,6	0,0	0,0
	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita efetiva	715.096,4	335.575,6	34.017,7	797.950,0
Despesa corrente	789.956,4	292.639,1	30.140,3	830.263,6
Consumo público	423.304,6	93.211,9	14.803,1	531.319,6
Despesas com o pessoal	249.238,4	24.113,6	7.359,1	280.711,1
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	174.066,3	69.098,3	7.444,0	250.608,5
Subsídios	7.753,5	6.385,0	0,0	14.138,5
Juros e outros encargos	35.672,9	4.171,4	9.310,9	49.155,2
Transferências correntes	323.225,4	188.870,8	6.026,4	235.650,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	0,0	300,1	0,0	300,1
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	282.472,2	0,0	0,0	0,0
Despesa de capital	41.464,4	31.227,3	13.409,0	81.833,2
Investimento	25.939,0	11.885,6	13.392,5	51.217,1
Transferências de capital	15.525,5	19.341,7	16,5	30.616,1
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.509,1	468,1	0,0	4.977,2
(das quais: transf. de Subsectores da APR)	4.267,6	0,0	0,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	831.420,8	323.866,4	43.549,3	912.096,7
Saldo global	-116.324,4	11.709,2	-9.531,6	-114.146,8
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-126.929,5	15.315,8	-3.595,8	-115.209,5
Despesa corrente primária	754.283,5	288.467,7	20.829,4	781.108,4
Saldo corrente primário	-91.256,7	19.487,2	5.715,1	-66.054,3
Saldo de capital	10.605,2	-3.606,7	-5.935,8	1.062,7
Despesa primária	795.747,9	319.695,0	34.238,4	862.941,6
Saldo primário	-80.651,5	15.880,6	-220,7	-64.991,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Nota: As Reposições Não Abatidas nos Pagamentos foram contabilizadas em Receitas de Capital, nos termos do Decreto-Lei n.º26/2002 de 14 de fevereiro

As transferências de outros subsectores das AP compreendem transferências da Administração Central, da Administração Local e da Segurança Social

2. Subsetor do Governo Regional

2.1. Síntese

- ♦ O saldo global acumulado nos primeiros dez meses de 2012 do subsetor do GR – na ótica da Contabilidade Pública – foi de -116,2 milhões de euros, o que representa um agravamento de 198,1 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior. Esta circunstância decorre da trajetória descendente do saldo corrente, para o que concorrem os aumentos inerentes aos pagamentos efetuados no âmbito da implementação do PAEF-RAM. A variação homóloga resulta do comportamento da receita efetiva, que variou -15,3%, tendo eliminado o efeito positivo registado pela quebra da

despesa efetiva (-1,1%), a qual, foi condicionada no sentido descendente pela evolução da despesa com pessoal (-11,2%), dos subsídios (-61%) e das principais componentes com enquadramento nas despesas de capital, que determinaram a quebra de 62,9% em despesas desta natureza. Do lado da receita, assinala-se a trajetória descendente da componente corrente, cristalizada numa variação homóloga de -17,1%. As receitas de capital registaram, por seu turno, um acréscimo de 17,4%, conforme expressa o QUADRO II:

QUADRO II - Execução Orçamental do Gov. Regional (janeiro a outubro)			
	€ Milhares		
	2011	2012	VH (%)
Receita corrente	799.641,2	663.030,3	-17,1
Receitas fiscais	523.368,7	492.142,7	-6,0
Impostos diretos	194.492,3	175.360,4	-9,8
Impostos indiretos	328.876,4	316.782,3	-3,7
Outras receitas correntes	276.272,4	170.887,6	-38,1
Receita de capital	44.489,7	52.238,9	17,4
Receita efetiva	844.130,9	715.269,2	-15,3
Despesa corrente	728.513,3	789.956,4	8,4
Despesas com o pessoal	280.691,5	249.238,4	-11,2
Aquisição de bens e serviços	79.430,8	157.234,7	98,0
Juros e outros encargos	28.074,8	35.672,9	27,1
Transferências correntes	304.031,9	323.225,4	6,3
Administrações Públicas	257.777,0	282.201,3	9,5
Outras	46.255,0	41.024,1	-11,3
Subsídios	19.883,1	7.753,5	-61,0
Outras despesas correntes	16.401,1	16.831,5	2,6
Despesa de capital	111.797,5	41.464,4	-62,9
Investimento	88.250,5	25.939,0	-70,6
Transferências de capital	23.547,0	15.525,5	-34,1
Administrações Públicas	15.083,9	9.222,3	-38,9
Outras	8.463,2	6.303,2	-25,5
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	840.310,9	831.420,8	-1,1
Saldo global	3.820,0	-116.151,6	3.140,6
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	71.127,8	-126.926,1	-278,4
Saldo de capital	-67.307,8	10.774,5	116,0
Saldo primário	31.894,8	-80.478,8	-352,3
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	5.155,0	227.177,2	4.306,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo primário foi de -80,5 milhões de euros, o que representa um agravamento de cerca de 112,4 milhões de euros relativamente ao ano de 2011;
- ◆ Verifica-se uma melhoria significativa do saldo de capital (+78,1 milhões de euros);
- ◆ A receita efetiva diminuiu 15,3%, relativamente ao ano anterior, ao passo que a despesa efetiva registou um decréscimo de 1,1%.
- ◆ A variação homóloga do défice, evidenciada pelo saldo global dos primeiros dez meses do ano, decorre essencialmente da trajetória descendente da receita, que foi

mais acentuada do que a registada do lado da despesa. Efetivamente, enquanto a receita efetiva diminuiu 128,9 milhões de euros nos primeiros dez meses de 2012, a despesa efetiva regrediu 8,9 milhões euros, justificando, deste modo, a formação de um saldo global de -116,2 milhões de euros, que se decompõe num saldo corrente de -126,9 milhões de euros e num saldo de capital de 10,8 milhões de euros.

O QUADRO seguinte aborda a execução orçamental de outubro do subsetor do GR, discriminada de acordo com a classificação económica:

QUADRO III - Execução Orçamental do Gov. Regional (outubro)			€ Milhares
	2011	2012	VH (%)
Receita corrente	112.612,3	66.009,5	-41,4
Receitas fiscais	72.716,4	57.629,5	-20,7
Outras receitas correntes	39.895,9	8.380,0	-79,0
Receita de capital	2.709,5	4.527,1	67,1
Receita efetiva	115.321,8	70.536,6	-38,8
Despesa corrente	72.182,5	96.761,8	34,1
Despesas com o pessoal	25.287,6	25.212,1	-0,3
Aquisição de bens e serviços	4.477,9	36.691,9	719,4
Juros e outros encargos	1.863,5	711,8	-61,8
Despesa de capital	4.837,7	6.921,9	43,1
Investimento	2.774,8	6.069,1	118,7
Transferências de capital	2.062,9	852,8	-58,7
Outras despesas de capital			
Despesa efetiva	77.020,2	103.683,7	34,6
Saldo global	38.301,6	-33.147,1	186,5
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	40.429,8	-30.752,4	-176,1
Saldo de capital	-2.128,2	-2.394,8	-12,5
Saldo primário	40.165,1	-32.435,3	180,8

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A execução orçamental relativa ao mês de outubro expressa uma trajetória em linha com o registado em termos acumulados para os primeiros dez meses de 2012. Efetivamente, com exceção das despesas de capital, todas as componentes evoluíram no mesmo sentido, embora com intensidades distintas. Assinala-se, da comparação de outubro de 2012 com o mês homólogo do ano anterior, a quebra da receita efetiva, que ascendeu a 38,8%. Do lado da despesa, o crescimento verificado explica-se, tal como no registado entre janeiro e outubro de 2012, fundamentalmente pelo acréscimo acentuado na rubrica associada à aquisição de bens e serviços correntes. Este acréscimo das despesas com aquisição de bens e servi-

ços decorreu, essencialmente, de pagamentos às SCUTS no valor de 32,0 milhões de euros. Não obstante, na comparação mensal evidencia-se um acréscimo percentual relevante das despesas de investimento (118,7%), correspondente a um aumento de 3,3 milhões de euros, que contribuiu para evolução observada na despesa efetiva (34,6%). Assim, enquanto que o saldo corrente se apresenta deficitário tanto em termos mensais como em termos acumulados, as despesas de capital excederam as receitas da mesma natureza em 2,4 milhões de euros, em termos mensais, verificando-se o inverso em termos acumulados, conforme evidenciado anteriormente.

2.2. Receita

- ◆ A receita efetiva do GR diminuiu 15,3% em 2012, motivada pela redução da componente de receita corrente, designadamente por via da diminuição das transferências correntes. Especificamente, a variação evidenciada nas transferências correntes (-43%) reflete a menor dotação orçamental no âmbito da Lei de Finanças Regionais e uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios (de transferência corrente para transferência de capital), a que acrescem dois fatores de caráter pontual, designadamente a antecipação de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais relativas ao 4.º trimestre de 2011 – com efeitos em julho desse ano – e a retenção das transferências do Estado para a RAM, destinadas ao pagamento de encargos de anos anteriores, a coberto do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, alicerçado no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e na redação dada pelas Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e n.º2/2010, de 16 de junho.
- ◆ De janeiro a outubro de 2012, a receita fiscal fixou-se em 492,1 milhões de euros, refletindo uma quebra de 6% face ao evidenciado no período homólogo do ano anterior. O desempenho da receita fiscal nos primeiros dez meses do ano reflete trajetórias descendentes tanto nos impostos diretos (-9,8%), como nos impostos indiretos (-3,7%). O escrutínio mais fino revela que a evolução dos impostos sobre os rendimentos das pessoas coletivas (-24,2%) constituiu o principal condicionante para a trajetória evidenciada ao nível dos impostos diretos, já que o imposto sobre o rendimento das pessoas singulares diminuiu de forma menos pronunciada (-1,2%). No que concerne à fiscalidade indireta, a

quebra verificada em termos homólogos encontra na diminuição da arrecadação de receita proveniente do ISP (-8,1%), do ISV (-55,0%) e, fundamentalmente, do IVA (-4,2%) os principais fatores explicativos, já que os restantes impostos desta natureza registaram acréscimos face a 2011. Entre janeiro e outubro de 2012, cobraram-se menos 31,2 milhões de euros, em sede de receitas fiscais, do que em igual período de 2011.

A evolução dos impostos diretos de 2011 para 2012 ficou a dever-se a:

- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)*: regista-se uma quebra face ao ano de 2011, que acende a 1,2%;
- ◆ *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)*: verifica-se uma variação de -24,2% face aos primeiros dez meses de 2011.

QUADRO IV - Execução orçamental da receita fiscal do Gov. Reg. (jan-outubro)		€ Milhares	
	2011	2012	VH (%)
	Milhares de Euros		
Receita fiscal	523.368,7	492.142,7	-6,0
Impostos Diretos	194.492,3	175.360,4	-9,8
IRS	133.788,5	132.205,8	-1,2
IRC	56.915,2	43.145,8	-24,2
Outros	3.788,7	8,8	-99,8
Impostos Indiretos	328.876,4	316.782,3	-3,7
ISP	47.780,3	43.894,3	-8,1
IVA	220.694,1	211.381,7	-4,2
ISV	8.206,1	3.690,7	-55,0
Imposto de consumo sobre o tabaco	24.218,9	24.351,1	0,5
IABA	4.785,2	4.794,9	0,2
Outros	23.191,8	28.669,5	23,6
Imposto de Selo	20.465,5	26.277,8	28,4
IUC	1.845,0	2.100,9	13,9
Receita não fiscal	320.762,1	223.126,5	-30,4
Receita efetiva	844.130,9	715.269,2	-15,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

A variação homóloga dos impostos indiretos foi a seguinte:

- ◆ *Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)*: verifica-se uma diminuição de 4,2% na receita acumulada face ao ano de 2011. Esta evolução deriva do facto de a Portaria n.º 1418/2008, de 9 de dezembro, que regula as transferências do IVA para as Regiões Autónomas, não ter sido ainda

alterada, pelo que mantém os acertos devidos por desvios entre os valores estimados e os valores efetivos do ano imediatamente anterior, assim como não incorpora os recentes aumentos de taxas de imposto na RAM.

- ◆ *Imposto sobre Veículos (ISV)*: a receita acumulada registou um decréscimo de 55,0%, resultado da contração na venda de veícu-

los novos;

- ◆ *Imposto do Selo (IS)*: a receita acumulada registou um aumento de 28,4%;
- ◆ *Imposto sobre o Tabaco (IT)*: a receita líquida acumulada aumentou 0,5% comparativamente a 2011;
- ◆ *Imposto sobre os Produtos Petrolíferos*

(ISP): verifica-se uma quebra de 8,1% face ao ano transato.

O QUADRO seguinte complementa o descrito anteriormente relativamente à execução orçamental da receita não fiscal do Governo Regional da Madeira, para os anos de 2011 e 2012, compreendendo os meses de janeiro a outubro:

QUADRO V - Execução orçamental da receita não fiscal do Gov. Reg. (jan-outubro)			€ Milhares
	2011	2012	2012
	Milhares de Euros		Grau de Execução (%)
Receita fiscal	523.368,7	492.142,7	62,8%
Receita não fiscal	320.762,1	223.126,5	56,7%
Correntes	276.272,4	170.887,6	69,4%
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4.947,0	4.343,2	78,7%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	16.664,4	18.520,2	66,0%
Rendimentos da Propriedade	3.141,7	1.243,4	38,9%
Transferências Correntes	246.804,4	140.710,3	69,2%
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.047,8	4.542,5	91,8%
Outras Receitas Correntes	667,1	1.527,9	119,5%
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0%
Capital	44.489,7	52.238,9	35,4%
Venda de Bens de Investimento	132,5	146,9	110,4%
Transferências de Capital	43.390,1	51.603,0	35,5%
Outras Receitas de Capital	249,1	0,0	0,0%
Saldo da Gerência Anterior	0,0	0,0	0,0%
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	718,0	489,0	50,1%
Receita efetiva	844.130,9	715.269,2	60,7%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A receita não fiscal apresenta um decréscimo acentuado, em grande medida influenciado pela diminuição das transferências correntes da Administração Pública, que atingiu os 106,1 milhões de euros. Especificamente, a evolução reflete uma alteração de registo do valor referente à Lei de Meios como transferência de capital, assim como a redução das transferências inerentes aos custos de insularidade e, conforme referido

anteriormente, devido a dois fatores de índole pontual, nomeadamente a antecipação de transferências ao abrigo da Lei das Finanças Regionais relativas ao 4.º trimestre de 2011 (com efeitos em julho desse ano) e a retenção das transferências do Estado para a RAM, ao abrigo do disposto no artigo 106.º da LOE 2012, com suporte no artigo 31.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de fevereiro, e na redação dada pelas

Leis Orgânicas n.ºs 1/2010, de 29 de março, e 2/2010, de 16 de junho.

- ◆ Para além das transferências correntes, destaca-se, face ao período homólogo, o comportamento das receitas oriundas dos rendimentos de propriedade. O decréscimo nos resultados associados aos rendimentos da propriedade (-1,9 milhões de euros) encontra-se alicerçado numa quebra relevante dos dividendos em 2012.
- ◆ Em contraponto, registou-se o aumento de transferências de capital (8,2 milhões de euros), a que estará associada a circunstância das verbas subjacentes à Lei de Meios

passarem a estar classificadas nas transferências desta natureza.

- ◆ As transferências correntes apresentam uma execução de 140,7 milhões de euros, traduzida na parte dos movimentos externos ao aparelho de arrecadação fiscal regional, dos quais se destacam as provenientes das Administrações Públicas que perfazem a quase totalidade (95,4%), sendo que as transferências desta natureza provenientes do Exterior, nomeadamente da União Europeia não ultrapassam os 997,7 mil euros, as quais materializaram uma quebra de 45,7% face ao registado entre janeiro e outubro de 2011.

2.3. Despesa

A despesa efetiva do GR diminuiu 1,1% entre janeiro e outubro de 2012, tendo apresentado um grau de execução de 44,6%, menos 9,6 pontos percentuais (p.p.) do que o executado no mesmo período do ano anterior.

Assim, os principais fatores que influenciaram a evolução da despesa do GR de 2011 para 2012 foram os seguintes:

- ◆ Pagamentos realizados no âmbito do PAEF-RAM.
- ◆ Decréscimo da despesa com pessoal em 11,2%, em grande medida explicado pela diminuição das despesas em *Abonos Variáveis e Eventuais* (-77,4%) e em *Remunerações Certas e Permanentes* (-9,1%) – este último subagrupamento influenciado pelo suprimento dos subsídios de férias dos funcionários públicos nos termos do estabelecido na Lei do OE de 2012 e pela diminuição do número de efetivos da APR. Na mes-

ma linha, as despesas da Segurança Social reduziram 7,5%.

- ◆ Aumento acentuado das despesas com enquadramento na rubrica *Aquisição de Bens e Serviços Correntes* (98%, em termos homólogos), essencialmente em virtude do pagamento de encargos com as SCUTS relativos a 2012, devidamente previstos no PAEF-RAM, sendo este acréscimo justificado pela reduzida execução financeira destes encargos financeiros em 2011.
- ◆ Aumento da despesa com juros e outros encargos (27,1%).
- ◆ Acréscimo das transferências correntes (6,3%), motivadas, fundamentalmente, pelo incremento de dotações destinadas ao pagamento de verbas em atraso no setor da saúde.
- ◆ Decréscimo da despesa com subsídios (-61%), justificado pelo efeito de base asso-

QUADRO VI - Execução orçamental das despesas do Governo Regional (jan-outubro)

€ milhares

	2011	2012	2011	2012	VH (%)
	Milhares de Euros		Grau de Execução (%)		2012
Despesa corrente	728.513,3	789.956,4	67,8	61,7	8,4
Despesas com o pessoal	280.691,5	249.238,4	75,4	79,2	-11,2
Remunerações Certas e Permanentes	234.123,5	212.707,9	76,7	80,8	-9,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	9.383,0	2.118,0	80,9	45,5	-77,4
Segurança social	37.185,1	34.412,5	67,2	73,5	-7,5
Aquisição de bens e serviços correntes	79.430,8	157.234,7	47,9	82,2	98,0
Juros e outros encargos	28.074,8	35.672,9	66,4	31,6	27,1
Transferências correntes	304.031,9	323.225,4	67,3	62,2	6,3
Administrações Públicas	257.777,0	282.201,3	68,4	63,6	9,5
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Administração Regional	257.777,0	282.201,3	68,4	63,6	9,5
Administração Local	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	46.255,0	41.024,1	62,0	54,0	-11,3
Subsídios	19.883,1	7.753,5	62,4	39,4	-61,0
Outras despesas correntes	16.401,1	16.831,5	151,7	13,9	2,6
Despesa corrente primária	700.438,5	754.283,5	67,8	64,7	7,7
Despesa de capital	111.797,5	41.464,4	23,5	7,1	-62,9
Investimento	88.250,5	25.939,0	26,6	9,1	-70,6
Transferências de capital	23.547,0	15.525,5	19,8	14,3	-34,1
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Despesa efetiva	840.310,9	831.420,8	54,2	44,6	-1,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Por memória:

Ativos financeiros	5.155,0	227.177,2	18,3	89,0
Passivos financeiros	43.741,0	78.525,0	98,1	98,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

ciado à diminuição progressiva dos encargos com subsídios concedidos.

- ◆ Aumento na rubrica relativa a *Outras Despesas Correntes* (2,6%).
- ◆ Diminuição da despesa com a *Aquisição de Bens de Capital* (-70,6%).
- ◆ As despesas correntes em 2012 representam 95% do total da despesa efetiva, sendo que a despesa corrente primária corresponde a 90,7% da mesma. Comparativamente ao período homólogo, tanto as despesas correntes como as despesas correntes pri-

márias aumentaram o seu peso relativo na despesa efetiva, materializado em acréscimos de 8,3 p.p. e de 7,4 p.p., respetivamente.

O quadro seguinte expõe a decomposição da execução orçamental por classificação funcional por setor:

QUADRO VII - Despesa do Governo Regional, por classificação funcional (jan-outubro)

€ milhares

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	46.760,0	61.305,8	5,6	7,4
Serviços Gerais da Administração Pública	39.309,8	54.533,5	4,7	6,6
Defesa Nacional	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança e Ordem Públicas	7.450,2	6.772,3	0,9	0,8
Funções Sociais	616.560,9	549.678,9	73,4	66,1
Educação	280.521,3	248.000,6	33,4	29,8
Saúde	217.973,9	243.846,6	25,9	29,3
Segurança e Ação Sociais	0,0	0,0	0,0	0,0
Habituação e Serviços Coletivos	84.684,8	40.473,5	10,1	4,9
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	33.380,8	17.358,2	4,0	2,1
Funções Económicas	148.916,3	184.766,1	17,7	22,2
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	32.321,5	29.448,8	3,8	3,5
Indústria e Energia	1.255,2	1.478,2	0,1	0,2
Transportes e Comunicações	88.644,9	129.610,0	10,5	15,6
Comércio e Turismo	20.219,2	14.996,2	2,4	1,8
Outras Funções Económicas	6.475,6	9.232,9	0,8	1,1
Outras Funções	28.073,7	35.670,0	3,3	4,3
Operações da Dívida Pública	28.073,7	35.670,0	3,3	4,3
Transferências entre Administrações Públicas	0,0	0,0	0,0	0,0
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesa Efetiva	840.310,9	831.420,8	100,0	100,0
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	5.155,0	227.177,2	0,6	27,3
Funções Gerais de Soberania	1.130,0	209.099,9	0,1	25,1
Funções Sociais	175,0	2.884,3	0,0	0,3
Funções Económicas	3.850,0	15.193,0	0,5	1,8
Outras Funções	0,0	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros	43.741,0	78.525,0	5,2	9,4
Outras Funções	43.741,0	78.525,0	5,2	9,4
Operações extraorçamentais	131.442,7	162.590,1	15,6	19,6
Funções Gerais de Soberania	102.247,5	138.108,3	12,2	16,6
Funções Sociais	18.172,5	16.755,2	2,2	2,0
Funções Económicas	11.022,7	7.726,6	1,3	0,9

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ A apreciação da estrutura da despesa pela ótica funcional permite constatar o relevo das Funções Sociais na execução da despesa, representando 66,1% do total, seguindo-se as Funções Económicas (22,2%), as Funções Gerais de Soberania (7,4%), e as Outras Funções (4,3%).
- ◆ Nas funções sociais destacam-se as verbas destinadas à Educação (248,0 milhões de euros) e à Saúde (243,8 milhões de euros). As despesas com a Educação diminuíram cerca de 32,5 milhões de euros, enquanto que na Saúde o montante despendido revelou-se superior ao ano precedente em 25,9 milhões de euros.
- ◆ As despesas com as funções económicas

aumentaram 24,1% face a igual período de 2011, representando um acréscimo de 35,8 milhões de euros em termos homólogos. Este aumento foi motivado, em grande medida, pela variação registada no setor dos Transportes e Comunicações (46,2%), classificação onde estão inseridos os pagamentos relativos às SCUT.

- ◆ As funções gerais de soberania executaram 61,3 milhões de euros, o que representou um acréscimo de 31,1% face ao registado no período homólogo de 2011, com os Serviços Gerais da Administração Pública, que apresentam um acréscimo de 38,7%, a condicionarem a evolução registada.
- ◆ Em outras funções, os 35,7 milhões de euros realizados destinaram-se a operações da dívida pública, representando um acréscimo de 27,1% face aos meses de janeiro a outubro de 2011.
- ◆ No que concerne à execução orçamental por classificação orgânica, ilustrada pelo quadro seguinte, constata-se que o agrupamento orgânico com maior volume de execução foi a Secretaria Regional dos Assun-

tos Sociais com 255,9 milhões de euros, motivado pelos pagamentos associados ao setor da Saúde. Segue-se a Secretaria Regional da Educação e Recursos Humanos com 253,2 milhões de euros. Em contraponto, a Presidência do Governo Regional executou 941 mil euros, afeto na sua quase totalidade a despesas com o pessoal (742,7 mil euros) e as transferências para a Assembleia Legislativa da Madeira, que registaram uma execução acumulada de 11,6 milhões de euros.

- ◆ Atenda-se que a estrutura departamental aqui apresentada resulta da nova estrutura orgânica decorrente do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2011/M de 14 de novembro, que reestruturou os agrupamentos então designados por Secretaria Regional dos Recursos Humanos e Secretaria Regional do Equipamento Social.

O QUADRO VIII traduz a execução orçamental por agrupamentos orgânicos numa perspetiva de afetação económica:

QUADRO VIII - Execução orçamental por classificação cruzada orgânica e económica (janeiro-outubro)

€ milhares

	Assembleia Legislativa da Madeira	Presidência do Governo	Vice- Presidência do Governo	Plano e Finanças	Ambiente e Recursos Naturais	Cultura, Turismo e Transportes	Assuntos Sociais	Educação e Recursos Humanos	TOTAL
Despesa corrente	11.565,9	941,0	26.907,0	185.119,6	34.133,5	23.507,6	254.893,3	252.888,5	789.956,4
Despesas com o pessoal	0,0	742,7	13.532,0	11.403,2	20.431,3	6.405,6	1.686,0	195.037,7	249.238,4
Remunerações Certas e Permanentes	0,00	645,1	11.498,7	9.261,6	17.445,0	5.596,8	1.486,1	166.774,6	212.707,9
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,00	22,1	383,4	285,5	448,5	37,3	12,1	929,1	2.118,0
Segurança social	0,00	75,4	1.649,9	1.856,1	2.537,8	771,5	187,8	27.334,0	34.412,5
Aquisição de bens e serviços correntes	0,0	198,4	10.665,6	119.719,2	3.505,4	8.597,7	1.109,2	13.439,2	157.234,7
Aquisição de bens	0,00	40,2	1.010,3	295,1	524,6	1.564,4	4,7	4.750,4	8.189,6
Aquisição de serviços	0,00	158,1	9.655,3	119.424,2	2.980,9	7.033,3	1.104,6	8.688,8	149.045,1
Juros e outros encargos	0,0	0,0	0,0	35.670,0	0,0	0,0	0,0	2,9	35.672,9
Transferências correntes	11.565,9	0,0	2.279,9	2.001,5	7.943,9	2.948,5	252.098,1	44.387,7	323.225,4
Administrações Públicas	11.565,9	0,0	2.024,5	1.550,9	3.844,0	248,4	250.479,2	12.488,4	282.201,3
Administração Central	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Administração Regional	11.565,9	0,0	2.024,5	1.550,9	3.844,0	248,4	250.479,2	12.488,4	282.201,3
Administração Local	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Segurança Social	0,00	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	255,3	450,5	4.100,0	2.700,2	1.618,8	31.899,2	41.024,1
Subsídios	0,0	0,0	0,0	0,0	2.219,3	5.531,5	0,0	2,7	7.753,5
Outras despesas correntes	0,0	0,0	429,5	16.325,7	33,5	24,3	0,0	18,4	16.831,5
Despesa de capital	0,0	0,0	23.189,3	8.505,8	5.944,8	2.533,8	985,2	305,5	41.464,4
Investimento	0,0	0,0	21.317,5	3.665,9	886,7	33,8	0,0	35,1	25.939,0
Transferências de capital	0,0	0,0	1.871,8	4.839,9	5.058,1	2.500,0	985,2	270,4	15.525,5
Administrações Públicas	0,0	0,0	1.697,7	3.249,2	3.269,8	0,0	985,2	20,3	9.222,3
Administração Central	0,0	0,0	0,0	0,0	1.259,8	0,0	0,0	0,0	1.259,8
Administração Regional	0,0	0,0	1.697,7	0,0	2.010,0	0,0	985,2	20,3	4.713,2
Administração Local	0,0	0,0	0,0	3.249,2	0,0	0,0	0,0	0,0	3.249,2
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras transferências de capital	0,0	0,0	174,1	1.590,6	1.788,3	2.500,0	0,0	250,1	6.303,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
									0,0
Despesa efetiva	11.565,9	941,0	50.096,3	193.625,3	40.078,3	26.041,4	255.878,5	253.194,0	831.420,8
<i>Por memória:</i>									
Ativos financeiros		0,0	15.193,0	209.099,9	0,0	0,0	2.884,3	0,0	227.177,2
Passivos financeiros		0,0	0,0	78.525,0	0,0	0,0	0,0	0,0	78.525,0
Operações extraorçamentais	35,2	0,0	586,4	135.482,4	6.479,4	50,0	3.633,0	16.323,7	162.590,1

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

3. Subsetor Serviços e Fundos Autónomos e EPR

3.1. Entidades Públicas Reclassificadas

- ◆ Em 2012, as empresas classificadas no perímetro da APR aqui designadas de EPR foram integradas e equiparadas a SFA, para efeitos de controlo orçamental.
- ◆ O saldo global da execução financeira das EPR, considerando os primeiros dez meses de 2012, situou-se em -9,5 milhões de euros, resultante de despesas com pessoal (7,3 milhões de euros) e de Juros e outros encargos (9,3 milhões de euros), fazendo com que a despesa corrente se fixasse em 30,1 milhões de euros e devido à execução evidenciada ao nível da aquisição de bens e serviços de capital – que totalizou 13,4

milhões de euros – o correspondente a 99,9% das despesas de capital realizadas de janeiro a outubro de 2012. Do lado das receitas, a componente corrente ascendeu a 26,5 milhões de euros, enquanto que a componente de capital fixou-se nos 7,5 milhões de euros.

- ◆ Verifica-se uma melhoria de 859 mil euros face ao registado até ao mês anterior, conforme revela o QUADRO seguinte:

QUADRO IX - Saldo Global do Subsetor - EPR	€ Milhares	
	setembro	outubro
Empresas Públicas Reclassificadas	-10.391,0	-9.531,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

3.2. Síntese Global dos SFA e EPR

- ◆ Os SFA registaram um excedente de 11,7 milhões de euros. Este resultado é justificado, sobretudo, pelas transferências da Administração Pública Regional (APR), as quais tiveram um impacto de 92,6% nas receitas correntes. Nas receitas de capital – não considerando o saldo da gerência anterior – as transferências provenientes da União Europeia constituem a origem da parcela mais relevante das receitas realizadas até outubro (79,6%). Já as transferên-

cias provenientes da APR constituem um peso de 20,2% das receitas de capital arrecadadas. A estrutura da despesa é marcada pela relevância do peso das transferências, da aquisição de bens e serviços correntes e as despesas com o pessoal, que representaram 87% da despesa efetiva.

O QUADRO X reflete os saldos em diferentes óticas dos SFA e EPR:

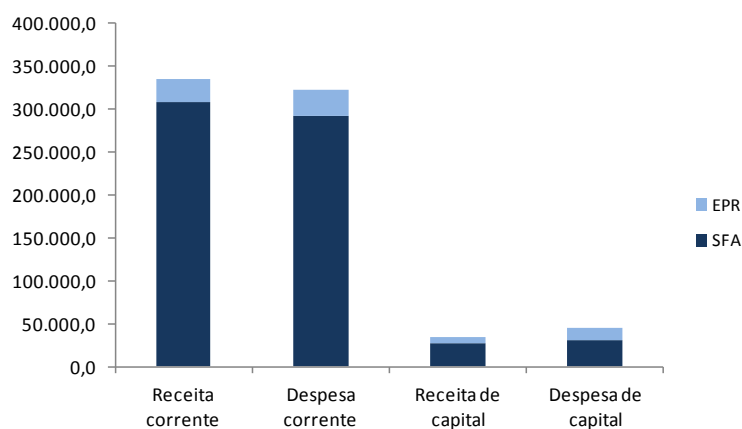
QUADRO X - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro) € milhares

	SFA	EPR	TOTAL
	Milhares de Euros		
Saldo global	11.709,2	-9.531,6	2.177,6
<i>Por memória:</i>			
Despesa primária	319.695,0	34.238,4	353.933,4
Saldo primário	15.880,6	-220,7	15.659,9
Saldo corrente	15.315,8	-3.595,8	11.720,1
Saldo de capital	-3.606,7	-5.935,8	-9.542,5
	0,0	0,0	0,0
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	349,7	0,0	349,7
<i>dos quais Receitas de:</i>	0,0	0,0	0,0
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0
Outros Ativos	0,0	0,0	0,0
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	212.021,3	212.021,3

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ O saldo global (SFA+EPR), considerando os primeiros dez meses de 2012, totalizou 2,2 milhões de euros, em virtude do resultado evidenciado pelas EPR, que atingiu -9,5 milhões de euros, compensado pelo efeito positivo do saldo global evidenciado pelos Serviços e Fundos Autónomos no valor de 11,7

milhões de euros. Os saldos corrente e de capital ascenderam, respetivamente, a 11,7 milhões de euros e a -9,5 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 353,9 milhões de euros, perfazendo um saldo primário de 15,7 milhões de euros.

Gráfico I – Execução orçamental dos SFA e EPR (janeiro-outubro)

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XI - Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos e EPR (janeiro-outubro)

€ milhares

	SFA	EPR	TOTAL
	Milhares de Euros		
Receita corrente	307.954,9	26.544,6	334.499,5
Impostos diretos	1.053,8	0,0	1.053,8
Impostos indiretos	140,9	0,0	140,9
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	0,0	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.996,5	5,3	4.001,8
Transferências Correntes	298.088,6	380,0	298.468,6
União Europeia	12.858,8	44,0	12.902,8
Outras transferências	285.229,8	336,1	285.565,8
Venda de bens e serviços correntes	3.523,8	3.655,0	7.178,9
Outras Receitas Correntes	1.151,3	22.504,2	23.655,5
Receita de capital	27.620,7	7.473,2	35.093,8
Venda de bens de investimento	0,0	0,0	0,0
Transferências de capital	27.581,3	7.469,7	35.051,0
União Europeia	21.990,9	7.469,7	29.460,6
Outras transferências	5.590,4	0,0	5.590,4
Outras Receitas de Capital	11,8	3,5	15,3
Recursos Próprios Comunitários	0,0	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	27,5	0,0	27,5
Saldo da Gerência Anterior	24.279,0	31.630,1	55.909,1
Receita efetiva	335.575,6	34.017,7	369.593,3
Despesa corrente	292.639,1	30.140,3	322.779,4
Despesas com o pessoal	24.113,6	7.359,1	31.472,7
Aquisição de bens e serviços	68.857,5	5.060,5	73.918,0
Juros e outros encargos	4.171,4	9.310,9	13.482,3
Transferências correntes	188.870,8	6.026,4	194.897,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	300,1	0,0	300,1
Outras transferências	188.570,7	6.026,4	194.597,0
Subsídios	6.385,0	0,0	6.385,0
Outras despesas correntes	240,8	2.383,5	2.624,3
Despesa de capital	31.227,3	13.409,0	44.636,3
Investimento	11.885,6	13.392,5	25.278,1
Transferências de capital	19.341,7	16,5	19.358,2
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Despesa efetiva	323.866,4	43.549,3	367.415,7
Ativos financeiros	2.631,0	0,0	2.631,0
Passivos financeiros	0,0	177.111,4	177.111,4
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0
Operações extraorçamentais	140.623,9	2.712,3	143.336,2
Saldo global	11.709,2	-9.531,6	2.177,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

- ◆ Em termos de execução mensal, constata-se que o saldo global do mês de outubro, dos SFA e das EPR, ascende a 10,3 milhões de euros, tendo o saldo corrente atingido 9,2

milhões de euros e o de capital 1,1 milhões de euros. A despesa primária fixou-se nos 24,5 milhões de euros e o saldo primário nos 10,3 milhões de euros.

19

A despesa mensal dos SFA e EPR desagrega-se da seguinte forma:

QUADRO XII - Execução orçamental dos SFA e EPR (outubro)

€ Milhares

	Outubro	
	SFA execução mensal	EPR execução mensal
Receita corrente	27.816,5	2.422,5
Impostos diretos	35,8	0,0
Impostos indiretos	1,7	0,0
Contribuições de Segurança Social	0,0	0,0
Outras receitas correntes	27.779,0	2.422,5
Transferências correntes	27.033,8	19,7
Receita de capital	3.285,3	1.291,4
Venda de bens de investimento	0,0	0,0
Transferências capital	3.284,8	1.291,4
Receita efetiva	31.101,8	3.713,9
Despesa corrente	18.735,4	2.347,7
Consumo público	4.896,8	1.724,9
Despesas com o pessoal	2.195,9	826,6
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	2.700,9	898,3
Subsídios	642,2	0,0
Juros e outros encargos	4,2	24,1
Transferências correntes	13.192,3	598,7
Despesa de capital	2.943,5	506,7
Investimento	1.231,4	506,7
Transferências de capital	1.712,0	0,0
Outras despesas de capital	0,0	0,0
Despesa efetiva	21.678,9	2.854,5
Saldo global	9.422,9	859,4

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

O QUADRO XIII apresenta os saldos mensais e acumulados dos subsetores do Governo Regional, SFA, e EPR, em diferentes óticas: Governo Regional e SFA (com e sem EPR), a saber:

QUADRO XIII - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR

€ Milhares

Saldo global	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)	
	outubro 2012	janeiro-outubro 2012	outubro 2012	janeiro-outubro 2012
		-23.456,8	-104.347,9	-22.864,7
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-21.403,9	-111.346,4	-21.596,4	-115.209,5
Despesa corrente primária	88.903,2	760.279,0	91.226,8	781.108,4
Saldo corrente primário	-20.687,9	-71.502,1	-20.856,4	-66.054,3
Saldo de capital	-2.053,0	6.998,5	-1.268,3	1.062,7
Despesa primária	98.057,0	828.703,2	100.887,3	862.941,6
Saldo primário	-22.740,9	-64.503,6	-22.124,7	-64.991,6

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011, excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- ◆ No que ao saldo corrente diz respeito, verifica-se que o mesmo ascendeu a -111,6 milhões de euros. O saldo de capital, por contraponto, apresenta uma posição positiva em termos acumulados (7,0 milhões de euros) e negativa em termos mensais (-1,6 milhões de euros).
- ◆ Por outro lado, a informação relativa ao saldo primário (GR+SFA) revela um resultado que ascende a -22,6 milhões de euros

em outubro, enquanto que em termos acumulados as despesas líquidas dos juros e outros encargos excediam as receitas em 64,8 milhões de euros.

O QUADRO XIV expressa a desagregação por receita e despesa do universo comparativo descrito anteriormente (Governo Regional, SFA e EPR):

21

QUADRO XIV - Execução orçamental Gov. Reg., SFA e EPR					€ Milhares
	Universos comparáveis - Gov. Regional e SFA (sem EPR)		Execução Universo real - Gov. Regional e SFA (com EPR)		
	outubro 2012	janeiro-outubro 2012	outubro 2012	janeiro-outubro 2012	
Receita corrente	68.215,2	688.776,9	70.370,4	715.054,1	
Impostos diretos	18.865,0	176.414,2	18.865,0	176.414,2	
Impostos indiretos	38.801,9	316.923,2	38.801,9	316.923,2	
Contribuições de Segurança Social	482,6	4.343,2	482,6	4.343,2	
Outras receitas correntes	10.065,6	191.096,3	12.220,7	217.373,5	
Transferências correntes	6.941,6	156.594,0	6.694,0	156.706,7	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	5.408,3	142.373,6	5.141,0	142.442,3	
Receita de capital	7.100,8	75.422,7	8.392,3	82.895,9	
Venda de bens de investimento	0,0	146,9	0,0	146,9	
Transferências capital	7.071,8	74.747,5	8.363,3	82.217,1	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	4.166,7	43.149,8	4.166,7	43.149,8	
Receita efetiva	75.316,0	764.199,6	78.762,6	797.950,0	
Despesa corrente	89.619,1	800.123,3	91.966,8	830.263,6	
Consumo público	68.508,0	516.516,5	70.232,9	531.319,6	
Despesas com o pessoal	27.408,0	273.352,0	28.234,6	280.711,1	
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	41.100,1	243.164,5	41.998,4	250.608,5	
Subsídios	1.431,8	14.138,5	1.431,8	14.138,5	
Juros e outros encargos	715,9	39.844,3	740,0	49.155,2	
Transferências correntes	18.963,3	229.623,9	19.562,0	235.650,3	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	14,8	300,1	14,8	300,1	
Despesa de capital	9.153,8	68.424,2	9.660,5	81.833,2	
Investimento	7.300,6	37.824,6	7.807,3	51.217,1	
Transferências de capital	1.853,2	30.599,6	1.853,2	30.616,1	
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	363,2	4.977,2	363,2	4.977,2	
Outras despesas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesa efetiva	98.772,9	868.547,5	101.627,3	912.096,7	

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

Em 2012, apresenta-se a informação com as EPR e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento inicial.

- ◆ Considerando a informação relativa ao Governo Regional e SFA (com EPR), verifica-se que a receita corrente arrecadada entre janeiro e outubro de 2012 foi de 715,1 milhões de euros e a despesa da mesma natureza ascendeu a 830,3 milhões de euros. No que concerne à componente de capital, a receita atingiu os 82,9 milhões de euros enquanto a despesa foi de 81,8 milhões de euros. A receita líquida dos ativos e passivos financeiros, bem como das operações extraorçamentais, foi de 798,0 milhões de euros, com a despesa efetiva a atingir os 912,1 milhões de euros.

4. Dívida não financeira da Administração Regional

- ◆ O Passivo acumulado da Administração Pública Regional reportado ao final de outubro de 2012 ascendia a 2.714,4 milhões de euros, dos quais, 78% são respeitantes a obrigações do Governo Regional. Os SFA, por seu turno, são responsáveis por 19,8% do montante do Passivo verificado.
 - ◆ No Governo Regional, o acréscimo dos Passivos e das Contas a Pagar, em outubro, resulta, essencialmente do registo, no mapa dos pagamentos em atraso, dos valores referentes à operação de titularização (150 milhões de euros). De realçar que, em dezembro, com o pagamento destes encargos (da titularização) ocorrerá um decréscimo, em igual montante, dos Passivos e das Contas a Pagar.
 - ◆ Os Pagamentos em Atraso apurados para os primeiros dez meses de 2012 correspondem a 1.217,3 milhões de euros, sendo que as parcelas mais relevantes são atribuídas ao Governo Regional (65,7%) e aos SFA (29,9%).
 - ◆ Assinala-se ainda o facto da componente Aquisições de Bens de Capital representar 45,7% do total do Passivo e 39,3% dos pagamentos em atraso.
- Os quadros seguintes sintetizam a situação da Administração Regional no que à dívida não financeira diz respeito.

23

QUADRO XV - Contas a pagar, da Administração Regional, no final de outubro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Total	outubro de 2012			Variação janeiro a outubro		
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
Despesas Correntes	1.363.367,60	894.174,42	697.056,85	6,31%	0,88%	3,13%
Despesas com Pessoal	6.425,53	5.834,29	91,85	160,77%	174,52%	459,85%
Aquisições de Bens e Serviços	431.323,31	429.741,71	313.161,77	-1,94%	-2,28%	-15,25%
Juros e outros encargos	506.575,12	89.211,64	77.737,37	27,95%	86,30%	173,04%
Transferências Correntes	373.561,74	360.912,45	301.050,92	-4,14%	-4,80%	11,61%
Subsídios	44.157,59	7.150,02	3.968,46	-13,69%	-49,42%	-44,25%
Outras Despesas Correntes	1.324,32	1.324,32	1.046,47	-61,18%	-61,18%	3,83%
Despesas de Capital	1.351.030,92	1.281.494,15	520.222,84	8,92%	9,10%	16,67%
Aquisições de Bens de Capital	1.239.707,29	1.232.517,75	478.371,69	8,83%	8,29%	13,21%
Transferências de Capital	111.323,63	48.976,40	41.851,15	9,91%	34,30%	79,45%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
Total	2.714.398,52	2.175.668,58	1.217.279,69	7,59%	5,56%	8,51%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVI - Contas a pagar, do Governo Regional, no final de outubro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Governo Regional	outubro de 2012			Variação janeiro a outubro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	804.282,30	359.579,69	313.776,48	16,78%	17,29%	35,60%
Despesas de Capital	1.311.922,78	1.243.778,58	485.651,49	16,24%	10,20%	16,93%
Total	2.116.205,08	1.603.358,28	799.427,96	16,44%	11,71%	23,61%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVII - Contas a pagar, dos Serviços e Fundos Autónomos, no final de outubro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Serviços e Fundos Autónomos	outubro de 2012			Variação janeiro a outubro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	533.371,08	509.456,25	362.570,24	-6,76%	-9,26%	-15,98%
Despesas de Capital	3.855,37	2.462,80	1.171,82	-94,86%	-75,82%	-78,58%
Total	537.226,45	511.919,05	363.742,06	-16,97%	-10,45%	-16,76%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

QUADRO XVIII - Contas a pagar, das Entidades Públicas Reclassificadas, no final de outubro de 2012 (valores acumulados) € milhares

Empresas Públicas Reclassificadas	outubro de 2012			Variação janeiro a outubro		
	Stock final do período			Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso
	Passivo	Contas a pagar	Pagamentos em atraso			
Despesas Correntes	25.714,22	25.138,48	20.710,14	18,40%	36,70%	60,00%
Despesas de Capital	35.252,77	35.252,77	33.399,53	-4,15%	-1,57%	33,14%
Total	60.966,99	60.391,25	54.109,67	4,22%	11,41%	42,28%

Fonte: Secretaria Regional do Plano e Finanças

5. Conceitos aplicados

Contas a pagar são o subconjunto dos passivos certos, líquidos e exigíveis (ex.: fatura ou documento equivalente, notas de abono, talões nos termos do CIVA).

Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes. Excluem-se deste conceito, para efeitos de aplicação da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012 (n.º 2 do artigo 4.º):

- ◆ As obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória, as quais devem ser consideradas no passivo, mas não em contas a pagar, uma vez que as provisões para riscos e encargos não constituem um passivo certo, líquido e exigível;
- ◆ As situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, as quais devem ser consideradas em contas a

pagar, visto que a dívida se mantém, ainda que não incorra em mora;

- ◆ Os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, os quais permanecem em contas a pagar, acrescentado aos compromissos do mês/período/ano em que vão ser liquidados.

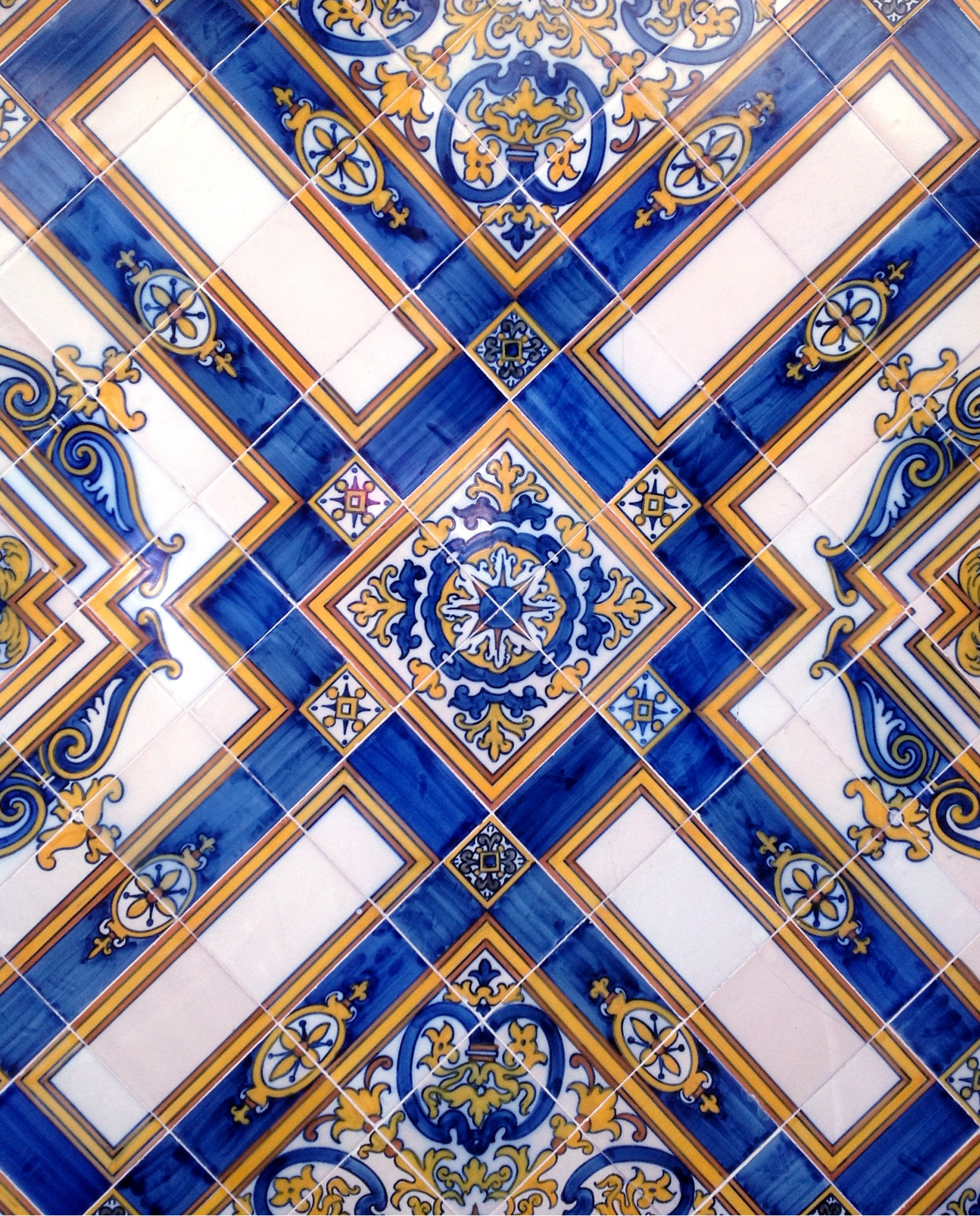
Passivos são as obrigações presentes da entidade proveniente de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporam benefícios económicos. Uma característica essencial de um passivo é a de que a entidade tenha uma obrigação presente (constituída, por exemplo, aquando da entrega dos bens com a guia de remessa, contabilizados em receção e conferência, ou com a fatura ou documento equivalente, provisões para riscos e encargos, ou em resultado de empréstimos contraídos).

6. Siglas e abreviaturas

APR	Administração Pública Regional
CIVA	Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado
DGO	Direção-Geral do Orçamento (Ministério das Finanças)
EPR	Entidades Públicas Reclassificadas
GR/Gov. Reg.	Governo Regional (da Madeira)
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IS	Imposto do Selo
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos
ISV	Imposto sobre Veículos
IT	Imposto sobre o Tabaco
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LCPA	Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso
LOE	Lei do Orçamento de Estado
OE	Orçamento de Estado
p.p.	pontos percentuais
PAEF-RAM	Programa de Ajustamento Económico e Financeiro
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
VH	Variação homóloga

26





PLANO FINANÇAS
SECRETARIA REGIONAL DO PLANO E FINANÇAS